

1ª Fase – PROVA OBJETIVA

DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO 1 - José, de nacionalidade brasileira, era casado com Maria, de nacionalidade sueca, encontrando-se o casal domiciliado no Brasil. Durante a viagem de “lua de mel”, na França, Maria, após o jantar, veio a falecer, em razão de uma intoxicação alimentar. Maria, quando ainda era noiva de José, havia realizado testamento em Londres, dispondo sobre os seus bens, entre eles dois imóveis situados no Rio de Janeiro. À luz das regras de Direito Internacional Privado, assinale a afirmativa correta.

- A. Se houver discussão acerca da validade do testamento, no que diz respeito à observância das formalidades, deverá ser aplicada a legislação brasileira, pois Maria encontrava-se domiciliada no Brasil.
- B. Se houver discussão acerca da validade do testamento, no que diz respeito à observância das formalidades, deverá ser aplicada a legislação inglesa, local em que foi realizado o ato de disposição de última vontade de Maria.
- C. A autoridade judiciária brasileira não é competente para proceder ao inventário e à partilha de bens, porquanto Maria faleceu na França, e não no Brasil.
- D. Se houver discussão acerca do regime sucessório, deverá ser aplicada a legislação sueca, em razão da nacionalidade do de cujus.
- E. Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 2 - Em janeiro de 2003, Martin e Clarisse Green, cidadãos britânicos domiciliados no Rio de Janeiro, casam-se no Consulado-Geral britânico, localizado na Praia do Flamengo. Em meados de 2010, decidem se divorciar. Na ausência de um pacto antenupcial, Clarisse requer, em petição à Vara de Família do Rio de Janeiro, metade dos bens adquiridos pelo casal desde a celebração do matrimônio, alegando que o regime legal vigente no Brasil é o da comunhão parcial de bens. Martin, no entanto, contesta a pretensão de Clarisse, argumentando que o casamento foi realizado no consulado britânico e que, portanto, deve ser aplicado o regime legal de bens vigente no Reino Unido, que lhe é mais favorável. Com base no caso hipotético acima e nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A. O juiz brasileiro não poderá conhecer e julgar a lide, pois o casamento não foi realizado perante a autoridade competente.
- B. Clarisse tem razão em sua demanda, pois o regime de bens é regido pela lex domicilli dos nubentes e, ao tempo do casamento, ambos eram domiciliados no Brasil.
- C. Martin tem razão em sua contestação, pois o regime de bens se rege pela lei do local da celebração (lex loci celebrationis), e o casamento foi celebrado no consulado britânico.
- D. O regime de bens obedecerá à lex domicilli dos cônjuges quanto aos bens móveis e à lex rei sitae (ou seja, a lei do lugar onde estão) quanto aos bens imóveis, se houver.
- E. Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 3 - Um jato privado, pertencente a uma empresa norte-americana, se envolve em um incidente que resulta na queda de uma aeronave comercial brasileira em território brasileiro, provocando dezenas de mortes. A família de uma das vítimas brasileiras inicia uma ação no Brasil contra a empresa norte-americana, pedindo danos materiais e morais. A empresa norte-americana alega que a competência para julgar o caso é da justiça americana. Segundo o direito brasileiro, o juiz brasileiro:

- A. tem competência concorrente porque o acidente ocorreu em território brasileiro.
- B. não tem competência concorrente porque o réu é empresa estrangeira que não opera no Brasil.
- C. não tem competência, absoluta ou relativa, e deverá remeter o caso, por carta rogatória, à justiça americana.
- D. tem competência concorrente porque a vítima tinha nacionalidade brasileira.
- E. Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 4 - Em junho de 2009, uma construtora brasileira assina, na Cidade do Cabo, África do Sul, contrato de empreitada com uma empresa local, tendo por objeto a duplicação de um trecho da rodovia que liga a Cidade do Cabo à capital do país, Pretória. As contratantes elegem o foro da comarca de São Paulo para dirimir eventuais dúvidas. Um ano depois, as partes se desentendem quanto aos critérios técnicos de medição das obras e não conseguem chegar a uma solução amigável. A construtora brasileira decide, então, ajuizar, na justiça paulista, uma ação rescisória com o objetivo de colocar termo ao contrato. Com relação ao caso hipotético acima, é correto afirmar que:

- A. o Poder Judiciário brasileiro não é competente para conhecer e julgar a lide, pois o foro para dirimir questões em matéria contratual é necessariamente o do local onde o contrato é assinado.
- B. o juiz brasileiro poderá conhecer e julgar a lide, mas deverá basear sua decisão na legislação sul-africana, pois os contratos se regem pela lei do local de sua assinatura.
- C. o juiz brasileiro poderá conhecer e julgar a lide, mas deverá basear sua decisão na legislação brasileira, pois um juiz brasileiro não pode ser obrigado a aplicar leis estrangeiras.
- D. o juiz brasileiro poderá conhecer e julgar a lide, mas deverá se basear na legislação brasileira, pois em litígios envolvendo brasileiros e estrangeiros aplica-se a lex fori
- E. Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 5 - Jogador de futebol de um importante time espanhol e titular da seleção brasileira é filmado por um celular em uma casa noturna na Espanha, em avançado estado de embriaguez. O vídeo é veiculado na internet e tem grande repercussão no Brasil. Temeroso de ser cortado da seleção brasileira, o jogador ajuíza uma ação no Brasil contra o portal de vídeos, cuja sede é na Califórnia, Estados Unidos. O juiz brasileiro:

- A. não é competente, porque o réu é pessoa jurídica estrangeira.
- B. terá competência porque os danos à imagem ocorreram no Brasil.
- C. deverá remeter o caso, por carta rogatória, à justiça norteamericana.
- D. terá competência porque o autor tem nacionalidade brasileira
- E. nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 6 - Sobre a condição do estrangeiro no Brasil, assinale a alternativa correta:

- A. A situação do estrangeiro no Brasil está regulamentada na Lei 6815/80, chamada de Estatuto do Estrangeiro, não havendo previsão constitucional sobre o assunto.
- B. O Conselho Nacional de Imigração - CNIg, órgão colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho, tem função consultiva e não lhe cabe formular a política de imigração ou elaborar normas.
- C. Idealizado na década de 70, o Estatuto do Estrangeiro apresenta uma visão restritiva de direitos e deveres, ligando a regulamentação ao tema da segurança nacional, interesse nacional e da soberania.
- D. Diante do contexto de seu surgimento e enquanto não for substituído, o Estatuto do Estrangeiro deve ser aplicado integralmente, sem relativização baseada em princípios constitucionais.
- E. Os direitos e garantias individuais e coletivos previstos no artigo 5. da Constituição Federal se destinam aos brasileiros mas não aos estrangeiros residentes no Brasil.

QUESTÃO 7 - A entrada do estrangeiro no país se dá, via de regra, mediante a aposição de um visto de entrada em seu passaporte, concedido ainda no país de origem, nas repartições diplomáticas e consulares do Brasil no exterior. Levando em consideração o tema da entrada do estrangeiro no Brasil, assinale a alternativa correta:

- A. Os tipos de visto que podem ser expedidos pelo governo brasileiro estão previstos na Constituição Federal.
- B. O governo brasileiro, através do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, pode alterar as regras sobre a concessão de visto, de modo a atender casos específicos, tal como ocorre com os haitianos, para quem foi criado especificamente o visto permanente por razões humanitárias.
- C. Segundo a legislação brasileira, o visto, depois de concedido, torna-se um direito da pessoa a entrar no país e não pode o Estado brasileiro determinar o impedimento a sua entrada por questão de soberania nacional e de conveniência interna.
- D. O Brasil não pode dispensar a exigência de vistos.
- E. O estrangeiro que entra irregularmente no Brasil e é deportado não pode mais reingressar em território nacional.

QUESTÃO 8 - A partir do texto abaixo e com base na legislação nacional e internacional sobre Refúgio, assinale a opção correta:

"Desde o início da crise na Síria, o Brasil vem concedendo refúgio a mais sírios do que os principais portos de destino de refugiados na Europa. Segundo dados de abril de 2016, do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), 2.298 sírios receberam status de refugiados do governo brasileiro. Trata-se da nacionalidade com mais refugiados reconhecidos no Brasil, à frente da angolana e da congoleza. O número é superior ao dos Estados Unidos e ao de países no sul da Europa que recebem grandes quantidades de migrantes que atravessam o Mediterrâneo em busca de refúgio. Em 2015, a crise humanitária na Síria ganhou ampla projeção na imprensa internacional, com levas de refugiados abandonando o país em direção, principalmente, à Europa. A imagem de um menino sírio morto em uma praia da Turquia virou símbolo da tragédia". (Adaptação do texto: "Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados". BBC Brasil em Londres e em São Paulo.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb

- A. O Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos, embora não seja parte da Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e do seu Protocolo de 1967.
- B. O Brasil promulgou a sua lei de refúgio (nº 9.474/97), contemplando os principais instrumentos regionais e internacionais sobre o tema. A lei adotou uma definição restrita de refugiado, desprezando a definição estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984, que considera a “violação generalizada de direitos humanos” como uma das causas de reconhecimento da condição de refugiado.
- C. A lei brasileira de refúgio criou o Conare, órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça com função consultiva sobre refugiados.
- D. O Conare aprovou resolução que prevê concessão de visto especial para cidadãos da Síria, uma medida afirmativa destinada a facilitar-lhes a entrada em território brasileiro e aqui solicitar o refúgio.
- E. O solicitante de refúgio não tem direitos no país da solicitação, devendo aguardar o deferimento do pedido para, então, efetivar seus direitos de refugiado.

QUESTÃO 9 - “[...] o Direito Interno é o resultado da vontade de um Estado, enquanto o Direito Internacional tem como fonte a vontade coletiva dos Estados”. (MELLO, 2002, p. 113).

Sobre os ramos do Direito Internacional e suas fontes, assinale a alternativa verdadeira:

- A. O Direito Internacional Público tem como fonte principal os Tratados e, subsidiariamente, a doutrina e jurisprudência. Os costumes não integram o seu rol de fontes.
- B. O Direito Internacional Privado tem como fonte principal os Tratados.
- C. O Direito da Integração Regional utiliza originariamente as fontes do Direito Internacional Público.
- D. Os Tratados são fontes de Direito Internacional Público portanto são considerados fontes não vinculantes.
- E. As resoluções das Organizações Internacionais não são consideradas fontes de Direito Internacional Público.

QUESTÃO 10 - O Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados são constituídos, cada um deles, por distintos conjuntos normativos que, no entanto, gradualmente, evoluíram de um funcionamento compartimentalizado para uma crescente interação. Condição Humana, Guerra, Paz e Refúgio são conceitos que se inter-relacionam.

Sobre o relacionamento dessas três vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana, é INCORRETO afirmar:

- A. De uma maneira geral, pode-se dizer que as situações específicas não protegidas pelo Direito Internacional Humanitário e pelo Direito Internacional dos Refugiados são abarcadas pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- B. A relação entre Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados lança luz sobre a dimensão preventiva da proteção da pessoa humana no plano internacional, pois as violações sistemáticas de

direitos humanos em determinado país levam ao deslocamento de indivíduos para outras regiões, em função dos temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a grupos sociais.

- C. A proteção de vítimas em conflitos internos e situações de emergência constitui um profícuo campo de interação entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- D. O Direito Internacional Humanitário se relaciona ao Direito Internacional dos Direitos Humanos em situações de conflito armado e o foco da proteção está nos combatentes.
- E. O Direito Internacional dos Refugiados trata da proteção dos seres humanos que migram por razões econômicas.

GABARITO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	B	A	B	B	C	B	D	C	D